9º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

A RECONFIGURAÇÃO DA ORDEM GLOBAL NO SÉCULO XXI: O PAPEL DO BRASIL E A CHINA NA EXPANSÃO DOS BRICS

Autor: Wander Catarina dos Santos

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPel

Linha: Análise de Política Externa

Dezembro, 2024

Porto Alegre, RS

Resumo: O advento do século XXI desencadeou uma transformação significativa na ordem global, evidenciada pela emergência da China como uma potência mundial ascendente e o fortalecimento dos BRICS. Este estudo mergulha nas dinâmicas dessas mudanças, com foco nas políticas externas da China, ilustradas pelo XIV Plano Quinquenal e a celebração do centenário do Partido Comunista Chinês em 2021, além da proeminência do Brasil e dos BRICS como atores globais significativos. A pesquisa se aprofunda nas implicações desses eventos para a governança global e as oportunidades para a cooperação sino-brasileira, apoiando-se na análise de políticas externas, revisão bibliográfica e discussões do projeto "Perspectivas para a cooperação sino-brasileira" (CEBRI, 2021).

Palavras-chave: Ordem Global; Multopolaridade; BRICS; Cooperação Sul-Sul; China e Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI marca uma reconfiguração na dinâmica da sociedade global, na qual a ascensão da China como potência e a consolidação do bloco dos BRICS oferecem uma alternativa à narrativa unipolar tradicional, historicamente dominada pelos Estados Unidos e seus aliados. Este estudo analisa essas transformações com foco nas estratégias de política externa da China, especialmente através do XIV Plano Quinquenal (2021-2025) e das celebrações do centenário do Partido Comunista Chinês em 2021. A metodologia adota uma combinação de análise de políticas externas, revisão de literatura especializada e discussões do projeto "Perspectivas para a cooperação sino-brasileira", com o objetivo de explorar as implicações dessas mudanças para a governança global e para a cooperação entre China e Brasil.

A literatura sobre o sistema internacional sugere que há uma transição para uma configuração multipolar. Acharya (2014)[1], postula que o mundo está se distanciando de um modelo onde uma única potência exerce domínio absoluto, abrindo espaço para novos global players, como a China e o bloco dos BRICS[2]. Neste contexto, o XIV Plano Quinquenal da China, que orienta o país em direção à inovação tecnológica, à economia verde e a reformas estruturais, reforça suas ambições de liderança global e seu desejo de desafiar a hegemonia estabelecida pelos Estados Unidos. Esse plano busca posicionar a China não apenas como uma potência econômica, mas também como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental, consolidando seu papel como ator influente na arena internacional.

O XIV Plano Quinquenal revela uma estratégia de equilíbrio entre abertura econômica e autossuficiência tecnológica, direcionando a China para uma economia digital e sustentável. Paralelamente, a expansão e o fortalecimento dos BRICS, com destaque para o protagonismo do Brasil nas iniciativas de cooperação Sul-Sul, sugerem uma busca por uma ordem global mais equitativa. Duggan et al. (2022) apontam que, embora a cooperação Sul-Sul tenha enfrentado desafios substanciais, o bloco representa uma possibilidade concreta de governança global inclusiva e representativa, consolidando o papel dos BRICS como catalisador de uma ordem multipolar. Essa cooperação pode contribuir para uma maior autonomia dos países em desenvolvimento em relação às potências ocidentais.

---

[1] ACHARYA, Amitav. **The End of American World Order**. Cambridge: Polity Press, 2014.

[2] BRICS. **Declaração da Cúpula do BRICS de 2021**. Nova Délhi: BRICS, 2021.

Contrastando com a perspectiva de Acharya e Duggan et al., a teoria realista de Mearsheimer (2001)[3], enfatiza que a competição entre grandes potências é inevitável e que o cenário internacional é marcado pela rivalidade. Mearsheimer (2001) considera a ascensão dos BRICS, especialmente da China, não como um modelo de cooperação inovadora, mas como um elemento que intensifica a disputa geopolítica. Sob essa ótica, o avanço da China e o fortalecimento do BRICS representariam apenas uma nova configuração de competição pelo poder global. No entanto, a abordagem adotada pela China e pelo BRICS sugere a construção de um paradigma alternativo, no qual o desenvolvimento econômico e a cooperação estratégica superem as tradicionais rivalidades entre potências.

O fortalecimento dos BRICS e a liderança da China dentro do bloco estão alinhados com a visão de Cooper e Farooq (2015), que destacam os esforços colaborativos do grupo para uma governança multipolar mais inclusiva. Essa colaboração reflete uma transformação estrutural na ordem global, em que potências emergentes, como China e Brasil, desempenham papéis decisivos na formulação de novas normas e práticas. O XIV Plano Quinquenal da China, com seu foco em inovação e sustentabilidade, reforça seu papel dentro dos BRICS, consolidando seu compromisso com um equilíbrio global mais justo e desafiando a primazia das potências tradicionais.

Ao analisar as implicações do XIV Plano Quinquenal e as políticas dos BRICS, este estudo contribui para o debate sobre a transição para uma nova ordem global. Stuenkel (2016), em *Post-Western World*, destaca o crescente protagonismo das potências emergentes na remodelação do sistema internacional, sugerindo uma era de maior diversidade e cooperação. Dessa forma, a ascensão da China, apoiada pelos esforços dos BRICS, sinaliza uma transição em direção a uma ordem multipolar, onde múltiplos atores compartilham o poder e a responsabilidade na governança mundial.

Embora exista uma vasta literatura que aborda a multipolaridade e o papel de potências emergentes, há uma lacuna significativa no entendimento da intersecção entre estratégias de política externa de longo prazo e a construção de uma narrativa alternativa de governança global, especialmente no que diz respeito à China e ao bloco dos BRICS. Estudos clássicos e contemporâneos focam amplamente em descrever as dinâmicas de poder entre Estados Unidos e China, ou em explorar o BRICS como um bloco econômico, mas carecem de uma análise que integre de forma articulada as políticas estratégicas da China – como as delineadas no XIV Plano Quinquenal – com a agenda colaborativa e o potencial transformador do BRICS. Essa lacuna

[3] Ver Mearsheimer, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

torna-se ainda mais relevante considerando que, no contexto das Relações Internacionais, o BRICS representa uma coalizão de potências emergentes com interesses e modelos de desenvolvimento distintos, buscando afirmar uma governança global que transcende o paradigma ocidental e neoliberal.

O objetivo central deste estudo é analisar como as políticas externas chinesas, delineadas pelo XIV Plano Quinquenal, e o fortalecimento do BRICS estão contribuindo para a reconfiguração de uma ordem global multipolar. O trabalho também examina, de maneira aprofundada, as oportunidades e desafios da cooperação entre China e Brasil, investigando o potencial dessa parceria como modelo de cooperação Sul-Sul e seu papel na promoção de maior autonomia para países em desenvolvimento. A pesquisa busca responder à pergunta núcleo: *Como a estratégia de política externa da China e a atuação conjunta no âmbito do BRICS estão impactando a transição para uma ordem multipolar e quais são as implicações para a cooperação sino-brasileira?*

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de compreender as forças que impulsionam a transição para um sistema multipolar em um momento em que o equilíbrio de poder global está em transformação. O estudo se destaca por contribuir para o campo das Relações Internacionais ao fornecer uma análise detalhada e contextualizada de como as potências emergentes, particularmente China e Brasil, moldam novas configurações de poder e influenciam a governança global. Ao examinar a interação entre as estratégias do XIV Plano Quinquenal da China e a agenda do BRICS, este trabalho fornece insights críticos sobre os mecanismos pelos quais potências emergentes buscam afirmar um modelo de desenvolvimento alternativo, desafiando as estruturas tradicionais de poder e contribuindo para um sistema internacional mais inclusivo e equilibrado.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem metodológica multidisciplinar, integrando Sociologia Econômica, Análise de Política Externa e Economia Política. A metodologia inclui análise documental e *process tracing*, conforme proposto por George & Bennett (2005), que permitem um mapeamento detalhado dos eventos e decisões políticas no contexto do BRICS. Essa estrutura metodológica proporciona uma visão abrangente das políticas chinesas e da dinâmica de cooperação no bloco, oferecendo uma base para avaliar como essas estratégias coletivas abrem caminho para uma nova ordem multipolar. Este estudo está estruturado em quatro seções centrais. A primeira seção apresenta uma revisão crítica da literatura sobre multipolaridade e o papel do BRICS. A segunda detalha a metodologia adotada, com ênfase na análise documental e no *process tracing* como instrumentos de investigação. Na terceira, examinam-se as estratégias de política externa chinesa no contexto do XIV Plano

Quinquenal. A quarta seção discute as implicações da cooperação Sino-Brasileira e o potencial do BRICS na promoção de uma nova arquitetura de governança global. Essa organização visa oferecer uma contribuição substancial ao debate sobre a transição para uma ordem multipolar. Dessa forma, o estudo visa contribuir para o entendimento dos processos de transformação na governança global, realçando o papel das potências emergentes na promoção de normas e práticas que desafiam o status quo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Multipolaridade e Transição de Ordem Global

A transição para uma ordem multipolar tem sido amplamente discutida na literatura das Relações Internacionais, especialmente no contexto de uma reconfiguração do poder global tradicionalmente centrado nas potências ocidentais. Acharya (2014) argumenta que o sistema internacional contemporâneo está em um processo de transformação, movendo-se para uma configuração onde múltiplos atores exercem influência significativa, desafiando a hegemonia dos EUA e promovendo uma ordem mais equilibrada. Segundo a autora, “o fim da ordem mundial americana não implica o colapso da influência dos EUA, mas, sim, a emergência de um sistema em que múltiplos atores compartilham o poder e participam ativamente na formulação de normas e políticas globais” (ACHARYA, 2014, p. 42).

Mearsheimer (2001), ao adotar uma abordagem realista, contrapõe essa visão ao afirmar que, apesar das mudanças nas dinâmicas de poder, a competição entre grandes potências continua sendo uma constante inevitável nas Relações Internacionais. Para Mearsheimer, "a estrutura anárquica do sistema internacional e a busca incessante de segurança levam as potências a competir pela supremacia, tornando improvável uma ordem verdadeiramente multipolar e cooperativa" (MEARSHEIMER, 2001, p. 29). Tal perspectiva reforça o entendimento de que a ascensão de novos atores, como o BRICS, pode intensificar as rivalidades geopolíticas em vez de mitigá-las, especialmente no que diz respeito às ambições chinesas no cenário internacional.

As perspectivas contrastantes de Acharya (2014) e Mearsheimer (2001) refletem debates fundamentais sobre a natureza da ordem global e a viabilidade de uma transição para uma multipolaridade cooperativa. Enquanto Acharya (2014) enfatiza a possibilidade de uma ordem mais inclusiva e compartilhada, Mearsheimer (2001) destaca as limitações estruturais que perpetuam a competição entre as grandes potências.

Outro importante aspecto da transição para a multipolaridade é a crescente interdependência econômica e a interconectividade entre as economias emergentes, destacando-se o papel dos BRICS. A criação de instituições, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), simboliza uma tentativa de autonomia financeira e independência das estruturas tradicionais dominadas pelo Ocidente, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (STUENKEL, 2016). A expansão dessas iniciativas reflete a busca do BRICS por um papel mais significativo na governança econômica global, promovendo, em última instância, um modelo que desafia o paradigma neoliberal vigente e que atende melhor às necessidades dos países em desenvolvimento (STUENKEL, 2016).

O surgimento dos BRICS também se conecta com uma perspectiva de mudança na política de poder, em que os países do Sul Global buscam fortalecer suas vozes e influência em fóruns internacionais. Segundo Hopewell (2015), essa coalizão simboliza uma resistência coletiva ao domínio das potências ocidentais, promovendo uma abordagem de política externa que enfatiza a soberania, a não intervenção e a equidade na formulação de normas globais. Além disso, o BRICS tem buscado reformar instituições como o Conselho de Segurança da ONU, demandando maior representatividade para países emergentes e desenvolvendo esforços para garantir que as políticas globais sejam mais democráticas e inclusivas (HOPEWELL, 2015).

Embora o BRICS busque promover uma ordem mais justa e equilibrada, as diferenças internas entre os membros do grupo também levantam questionamentos sobre a eficácia da coalizão. Cada um dos países possui suas próprias prioridades estratégicas e contextos econômicos distintos, o que pode dificultar a implementação de políticas comuns e coordenadas. Segundo Pant (2013), essas diferenças podem comprometer a unidade do grupo e enfraquecer sua capacidade de promover mudanças significativas na governança global. Ainda assim, o BRICS tem conseguido alcançar acordos em áreas de interesse comum, como o desenvolvimento sustentável e a segurança energética, demonstrando seu potencial de cooperação em temas estratégicos para o futuro (PANT, 2013).

No entanto, a ascensão dos BRICS e seu impacto sobre a multipolaridade não ocorrem sem resistência das potências estabelecidas, especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. Essas potências têm buscado formas de contrabalançar a influência crescente do bloco, utilizando-se de alianças econômicas e políticas que visam conter o avanço de países como China e Rússia (IKENBERRY, 2011). Assim, a transição para uma ordem multipolar ocorre em meio a uma crescente polarização, na qual os BRICS desafiam a hegemonia ocidental ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras para expandir sua influência de forma independente (IKENBERRY, 2011).

A transição para a multipolaridade é, portanto, um fenômeno complexo que envolve tanto cooperação quanto competição entre as potências globais. A capacidade do BRICS de promover uma ordem global mais inclusiva dependerá, em grande medida, de sua habilidade em manter uma posição unificada diante de desafios externos e das disparidades internas. Como argumenta Stuenkel (2016), o sucesso do BRICS em reformar a governança global dependerá de sua coesão interna e de sua capacidade de estabelecer uma visão compartilhada de multipolaridade, em que todos os membros possam atuar como contrapeso efetivo às potências tradicionais.

A mudança para uma ordem multipolar, longe de ser um processo linear, envolve uma reconfiguração estrutural que desafia as fundações estabelecidas do sistema internacional. Os debates teóricos de Acharya (2014) e Mearsheimer (2001) ressaltam as tensões subjacentes a essa mudança: enquanto Acharya visualiza uma estrutura internacional capaz de acomodar uma diversidade de atores compartilhando poder e responsabilidade, Mearsheimer adverte que a anarquia sistêmica e a busca contínua por segurança perpetuam a competição e limitam as possibilidades de uma ordem cooperativa e inclusiva. No entanto, o surgimento de coalizões como o BRICS, com iniciativas próprias como o Novo Banco de Desenvolvimento, assinala uma tentativa de contestação e autonomia frente às instituições tradicionais dominadas pelo Ocidente, promovendo um paradigma de governança mais representativo das economias emergentes (STUENKEL, 2016; HOPEWELL, 2015).

Ademais, o compromisso dos BRICS em reformar as principais instituições internacionais, conforme reafirmado na Declaração do Kazan (2024), simboliza um esforço estratégico de reorientação do poder global para responder melhor às necessidades dos países em desenvolvimento. Essa reorganização, embora repleta de desafios internos, evidencia uma resistência organizada ao modelo unipolar e sugere um caminho para uma multipolaridade que, apesar das diferenças e interesses variados, aponta para uma redefinição das dinâmicas de influência global. Na próxima seção, a análise se aprofundará no papel do BRICS, considerando a sua capacidade de efetivar mudanças reais no sistema internacional e explorar como essa coalizão se articula para influenciar normas e práticas na governança global.

2.2 O PAPEL DO BRICS NA ORDEM GLOBAL EMERGENTE

No contexto dessas discussões, a ascensão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) emerge como um fenômeno significativo. O bloco busca promover uma ordem mundial mais equitativa, desafiando a hegemonia ocidental e propondo alternativas às estruturas de poder estabelecidas. A Declaração de Kazan, documento oficial resultante da XVI Cúpula do BRICS realizada em Kazan, Rússia, de 22 a 24 de outubro de 2024. O documento, intitulado "Declaração de Kazan: Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos", reforçou a necessidade de reformar instituições internacionais, como a ONU e o FMI, visando ampliar a representação de países em desenvolvimento. Além disso, o presidente russo Vladimir Putin destacou o BRICS como "elemento-chave" da crescente ordem mundial multipolar.

A política externa chinesa, delineada no XIV Plano Quinquenal (2021-2025), enfatiza a inovação tecnológica, a economia verde e reformas estruturais, alinhando-se aos objetivos do BRICS de promover uma ordem global mais inclusiva. A interação entre as estratégias chinesas e a agenda do BRICS ilustra como potências emergentes buscam moldar uma nova configuração de poder internacional, desafiando as estruturas tradicionais e promovendo uma governança global mais representativa.

O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) representa uma coalizão de potências emergentes que buscam reformar a ordem internacional existente, promovendo um modelo de governança global que seja mais inclusivo e representativo das necessidades e interesses dos países em desenvolvimento. Cooper e Farooq (2015) enfatizam que o BRICS se apresenta como um bloco de contestação ao poder hegemônico do Ocidente, oferecendo uma alternativa ao modelo neoliberal que domina as instituições internacionais. Segundo os autores, “o BRICS não é apenas uma aliança econômica, mas também um projeto político que visa reestruturar as normas e práticas da governança global, propondo um modelo baseado em cooperação e soberania” (COOPER; FAROOQ, 2015, p. 115).

Essa visão é compartilhada por Duggan et al. (2022), que destacam que a cooperação Sul-Sul no âmbito do BRICS representa uma resposta coletiva aos desafios impostos pela globalização e pelo domínio das potências ocidentais. Em suas palavras, “o BRICS oferece aos seus membros uma plataforma para projetar uma voz coletiva em questões globais, buscando alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a autonomia econômica” (DUGGAN et al., 2022, p. 87). A capacidade do BRICS de impulsionar uma governança mais equitativa é evidenciada nas declarações oficiais do bloco, como as emitidas nas cúpulas anuais, onde seus

líderes reafirmam o compromisso com uma ordem multipolar e com a defesa dos interesses das economias emergentes (BRICS, 2021).

O BRICS tem assumido um papel cada vez mais central na configuração da nova ordem global, operando como um agente de contestação e como uma alternativa ao modelo hegemônico liderado pelas potências ocidentais. Cooper e Farooq (2015) destacam que o bloco transcende a cooperação econômica para assumir uma dimensão política, na qual busca reformar as normas e práticas de governança global com base em valores como soberania e cooperação. Como afirmam os autores, “o BRICS não é apenas uma aliança econômica, mas também um projeto político que visa reestruturar as normas e práticas da governança global, propondo um modelo baseado em cooperação e soberania” (COOPER; FAROOQ, 2015, p. 115). Essa abordagem configura-se como uma estratégia de longo prazo para que as potências emergentes possam expressar seus interesses de forma mais assertiva no sistema internacional, redefinindo as dinâmicas de poder.

Essa perspectiva também é ressaltada na Declaração de Kazan, documento emitido na XVI Cúpula do BRICS em 2024, que sublinha a importância de um sistema multilateral reformado para responder aos desafios contemporâneos de maneira justa e inclusiva. O documento, intitulado "Declaração de Kazan: Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos", evidencia a necessidade de reformar instituições internacionais como a ONU e o FMI, visando a ampliação da representação dos países em desenvolvimento (BRICS, 2024). A ênfase nessas reformas reforça o compromisso do bloco com uma ordem multipolar, conceito reiterado pelo presidente russo Vladimir Putin, que caracterizou o BRICS como um "elemento-chave" dessa nova configuração global. A proposta do BRICS de uma ordem global mais representativa, com ênfase na autonomia e na autodeterminação dos Estados, reflete um esforço coletivo para romper com a dependência estrutural do sistema neoliberal, ampliando o poder de ação das economias emergentes.

A China, em especial, tem desempenhado um papel significativo na promoção dessa nova ordem global através de sua política externa delineada no XIV Plano Quinquenal (2021-2025). Esse plano sublinha a relevância da inovação tecnológica, da economia verde e das reformas estruturais, destacando o alinhamento das estratégias chinesas com os objetivos de desenvolvimento sustentável e de governança inclusiva promovidos pelo BRICS. A interação entre as estratégias nacionais da China e a agenda coletiva do BRICS ilustra como as potências emergentes buscam não apenas desafiar, mas também redesenhar as estruturas globais de poder, favorecendo uma governança global mais representativa e equilibrada (CEBRI, 2021).

A atuação do BRICS na ordem global emergente se manifesta de forma expressiva em sua agenda voltada para a construção de uma governança global mais inclusiva e equilibrada, desafiando as assimetrias de poder no sistema internacional. O compromisso com princípios como “respeito e compreensão mútuos, igualdade soberana, solidariedade, democracia, abertura, inclusão, colaboração e consenso” (BRICS, 2024) reflete a ambição do bloco de reformar a estrutura atual das relações internacionais, promovendo um sistema mais representativo e justo. Esse comprometimento evidencia o papel do grupo em liderar uma transformação que busca uma ordem multipolar, na qual a tomada de decisões passa a ser compartilhada e menos concentrada nas mãos das potências tradicionais. A China, em especial, desempenha um papel central nesse movimento, atuando como um catalisador de uma ordem multipolar que beneficia o Sul Global, oferecendo alternativas políticas e econômicas que ampliam a autonomia desses países.

Além disso, o BRICS reconhece a emergência de novos centros de poder e a necessidade de adaptação do sistema internacional a essas mudanças, conforme expresso na declaração: “Notamos o surgimento de novos centros de poder, de tomada de decisões políticas e de crescimento econômico que podem pavimentar o caminho para uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa, democrática e equilibrada” (BRICS, 2024). Nesse contexto, a China se posiciona como um dos principais polos emergentes, fortalecendo alianças com outras economias emergentes e promovendo alternativas para o desenvolvimento econômico e tecnológico, o que representa uma estratégia direta para desafiar a hegemonia ocidental.

O papel do BRICS também se destaca nas reformas das instituições financeiras internacionais, como o FMI. Ao enfatizar a necessidade de um “realinhamento de cotas que seja justo e transparente” para aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento, o bloco expõe sua insatisfação com a sub-representação dos EMDCs (economias de mercados emergentes e em desenvolvimento) e reivindica uma redistribuição de poder dentro dessas organizações (BRICS, 2024). A China, como maior economia do grupo, apoia ativamente essas mudanças, promovendo um sistema financeiro global mais justo e participativo.

No campo energético, o BRICS reafirma sua colaboração com o objetivo de assegurar uma segurança energética global. A declaração do bloco, que condena “todos os ataques terroristas contra infraestruturas energéticas transfronteiriças críticas” e enfatiza a importância de um acesso equilibrado e seguro à energia, revela o compromisso com a estabilidade das infraestruturas energéticas (BRICS, 2024).

A China, como principal consumidora e produtora de energia entre os BRICS, tem desempenhado um papel de liderança ao propor políticas de segurança energética e fomentar

uma transição energética que atenda às necessidades globais de forma resiliente e colaborativa. Essa postura foi enfatizada na Cúpula de Kazan do BRICS e destacada pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Conforme o relatório do CEBRI (2021), "na China, as agendas ambiental e climática ganham crescente importância, ocupando papel de destaque não só para o Estado, mas também para a sociedade" (CEBRI, 2021, p.6)

Além das preocupações com a crise climática, há uma preocupação da China em abordar "as oportunidades comerciais de uma economia de baixo carbono, a partir de temas como transição energética, indústria, materiais, biotecnologia, biocombustíveis, créditos de carbono, tecnologia e infraestrutura" (CEBRI, 2021, p.6)

Essas iniciativas demonstram o empenho da China em reduzir as emissões de carbono e ampliar investimentos relacionados à energia e à transição energética. O relatório ainda destaca que:

> os esforços para investir em tecnologia associada à ampliação do percentual de energias limpas na matriz energética chinesa deverão se refletir em maior disponibilidade de equipamentos mais eficientes, eventualmente contribuindo para melhorar também a eficiência energética brasileira (CEBRI, 2021, p.10)

Essas ações evidenciam o compromisso da China em liderar uma transição energética global, promovendo a sustentabilidade e a cooperação internacional. A agenda do BRICS abrange também o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), defendendo uma reforma que priorize o desenvolvimento e ofereça um sistema de resolução de disputas completo e eficaz. “Enfatizamos a importância de reformar a OMC e fortalecer a dimensão do desenvolvimento em seu trabalho” (BRICS, 2024). Nesse cenário, a China é fundamental para esse esforço, buscando uma estrutura comercial global que favoreça as economias emergentes e que crie condições mais justas para o crescimento de todos os membros.

O papel do BRICS na construção de uma ordem global multipolar é fundamental para entender as transformações em curso no cenário internacional. A atuação do bloco, evidenciada na Declaração de Kazan, destaca a busca por uma governança inclusiva que responda às necessidades de desenvolvimento dos países emergentes, defendendo a reforma de instituições globais como a ONU, o FMI e a OMC. A China, com sua influência econômica e política crescente, posiciona-se como uma liderança dentro do BRICS, promovendo não apenas uma transição energética sustentável, mas também uma reestruturação econômica que beneficia os países em desenvolvimento. Assim, o BRICS consolida-se como um espaço de diálogo e ação que promove alternativas às hegemonias estabelecidas, reforçando seu compromisso com a cooperação Sul-Sul e com uma agenda de desenvolvimento equitativa. Essas iniciativas indicam que o BRICS não apenas desafia a configuração de poder existente, mas também contribui ativamente para a

criação de um sistema internacional mais equilibrado e representativo, no qual os países em desenvolvimento possam exercer maior autonomia e participação.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma abordagem de estudo de caso, complementada por uma análise qualitativa das ações e estratégias de política externa da China dentro do contexto do BRICS. A escolha do estudo de caso baseia-se na argumentação de George & Bennett (2005) sobre a utilidade desse método para a investigação profunda de fenômenos complexos, particularmente se tratando de atores com interesses e dinâmicas distintas dentro de coalizões internacionais. A política externa da China é explorada aqui como um caso exemplar para entender como um membro dos BRICS utiliza este bloco para expandir suas políticas multilaterais e sua influência no sistema global. A análise qualitativa torna-se imprescindível para apreender os nuances da posição chinesa e como está se adapta aos objetivos estratégicos do BRICS, que é caracterizado como um veículo de contestação ao modelo hegemônico vigente, criando uma esfera de influência que se contrapõe às estruturas tradicionais de poder no cenário global (GEORGE & BENNETT, 2005; YIN, 2018).

O estudo concentra-se especificamente na política externa da China no âmbito do BRICS, investigando suas estratégias à luz do XIV Plano Quinquenal (2021-2025) e suas ações dentro do bloco. Essa delimitação temporal é essencial para compreender a evolução recente das diretrizes chinesas e como elas influenciam as dinâmicas de poder e cooperação no BRICS. A escolha de focar no XIV Plano Quinquenal justifica-se pela relevância estratégica deste documento, que enfatiza a economia verde e a inovação tecnológica como pilares da atuação externa da China. Além disso, eventos e decisões cruciais, como as cúpulas anuais do BRICS e declarações conjuntas, foram selecionados para fornecer uma visão contextualizada e atualizada sobre o papel da China no bloco e suas contribuições para a estruturação de uma ordem global multipolar. Esta fase de delimitação do escopo é fundamental para assegurar que a pesquisa se mantenha dentro de um campo de análise viável e relevante, alinhado às transformações contemporâneas nas relações internacionais (GEORGE & BENNETT, 2005; YIN, 2018).

A coleta de dados será realizada predominantemente por meio de uma análise documental, que inclui documentos oficiais chineses e do BRICS, como o XIV Plano Quinquenal, declarações de cúpulas e relatórios governamentais. Essa análise documental permite acessar informações diretamente das fontes primárias, refletindo as intenções estratégicas dos líderes e as diretrizes específicas de política externa no contexto do BRICS. Além disso, para

complementar a análise, serão utilizados discursos de lideranças chinesas e do BRICS, e relatórios de think tanks como o BRICS Policy Center, que fornecem insights adicionais sobre as percepções e desafios enfrentados pela China ao posicionar-se como um líder global emergente. Esse enfoque na coleta de fontes primárias e secundárias assegura a consistência e a profundidade dos dados, criando uma base sólida para a interpretação das políticas chinesas e do papel do BRICS como mecanismo de contestação e alternativa ao modelo hegemônico ocidental (George & Bennett, 2005; Yin, 2018).

A técnica de *process tracing* é empregada para mapear de forma cronológica e analítica os eventos críticos e as decisões chave que evidenciam a atuação da China no BRICS. A escolha desta técnica segue as recomendações de Bennett & Checkel (2015), que destacam a eficácia do *process tracing* para rastrear mecanismos de influência e elos causais em contextos de alta complexidade. No presente estudo, o *process tracing* permite uma análise detalhada das decisões de política externa da China e de como estas foram implementadas dentro do BRICS. Em especial, a análise foca-se em eventos-chave como cúpulas e encontros multilaterais, onde a China apresentou suas propostas de cooperação econômica, inovações tecnológicas e investimentos estratégicos para fortalecer sua posição no bloco. A técnica também abrange uma avaliação das interações entre a China e os demais membros do BRICS, com o objetivo de identificar convergências e divergências que influenciam a política geral do bloco e suas estratégias de contestação à hegemonia ocidental. Essa análise metodológica revela os elos entre as políticas chinesas e os resultados multilaterais no BRICS, proporcionando uma compreensão aprofundada das implicações dessas políticas para o sistema global (BENNETT & CHECKEL, 2015).

Para assegurar a validade e a robustez dos achados, a triangulação de dados é empregada com a integração de diferentes fontes, incluindo análise documental, entrevistas e relatórios de webinars e conferências sobre a cooperação sino-brasileira e o papel do BRICS. Esta abordagem segue a recomendação metodológica de Yin (2018), que ressalta a importância da triangulação para aumentar a confiabilidade em estudos de caso complexos. A triangulação é complementada com insights de fontes secundárias, como discussões acadêmicas e painéis de especialistas, que proporcionam uma visão atualizada sobre o impacto das ações chinesas dentro do BRICS. Este procedimento de verificação cruzada fortalece a metodologia, assegurando que as conclusões sejam construídas com base em múltiplas perspectivas e dados, e reforça a confiabilidade dos achados ao reduzir vieses e possíveis distorções nos dados coletados (YIN, 2018).

A escolha pela análise documental e pelo *process tracing* é justificada pela complexidade e multifacetação do fenômeno estudado. A análise documental fornece uma base sólida de dados primários, permitindo acessar diretamente as declarações e compromissos dos líderes do BRICS, enquanto o *process tracing* oferece um método estruturado para analisar as interações e os impactos das políticas chinesas dentro do bloco. Essa metodologia combinada é especialmente eficaz para explorar o papel da China como agente catalisador de uma ordem multipolar, e para identificar como as políticas do XIV Plano Quinquenal são articuladas e implementadas no contexto multilateral. O uso dessas técnicas metodológicas garante uma interpretação profunda e fundamentada das interações dentro do BRICS, permitindo ao estudo capturar as nuances das estratégias chinesas e sua contribuição para uma reconfiguração do sistema internacional em direção a um modelo mais inclusivo e representativo (GEORGE & BENNETT, 2005; BENNETT & CHECKEL, 2015; Yin, 2018).

A estrutura metodológica do estudo é apoiada por diretrizes presentes na literatura. George & Bennett (2005) oferecem uma base robusta para o uso de estudos de caso, destacando a importância de uma metodologia rigorosa para garantir a validade do caso analisado, particularmente no contexto de fenômenos políticos complexos. Yin (2018) proporciona uma orientação prática para a condução de estudos qualitativos e análise documental, assegurando consistência e replicabilidade no processo de coleta de dados. Finalmente, Bennett & Checkel (2015) fundamentam o uso do *process tracing* como ferramenta essencial para identificar elos causais e mecanismos de influência, conferindo ao estudo uma abordagem analítica que é simultaneamente detalhada e orientada para os processos dinâmicos do BRICS. Essas referências constituem a base metodológica do estudo, garantindo uma abordagem rigorosa, replicável e de alta qualidade para examinar o papel da China no BRICS e sua contribuição para a ordem global emergente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE EXPANSÃO DO BRICS

A XVI Cúpula do BRICS, realizada em Kazan de 22 a 24 de outubro de 2024, marcou um ponto de inflexão na trajetória do bloco, evidenciando tanto avanços quanto desafios intrínsecos à sua expansão recente. A inclusão de novos membros, como Egito, Irã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Etiópia, ampliou a representatividade geopolítica do grupo, mas também suscitou questões sobre a coesão interna e a eficácia na tomada de decisões. Conforme destacado por Freitas (2024), a crescente influência da China dentro do grupo e sua postura mais assertiva têm ampliado as preocupações sobre o equilíbrio de poder nos BRICS, com impactos potenciais para a autonomia e os interesses do Brasil (FREITAS, 2024).

A Declaração de Kazan de 2024, reafirmou o compromisso dos membros com o multilateralismo e a reforma das instituições financeiras internacionais, visando uma ordem mundial mais equitativa. No entanto, a ausência de menções substanciais à guerra na Ucrânia e a crítica às sanções ocidentais refletem a complexidade das dinâmicas internas do bloco. Segundo análise da Deutsche Welle (2024), o documento publicado por países membros pouco aborda a guerra na Ucrânia, critica sanções impostas pelo Ocidente e o sistema financeiro mundial (DEUTSCHE WELLE, 2024).

A expansão do BRICS, embora promissora em termos de representatividade, impõe desafios significativos. A heterogeneidade econômica e política dos novos membros pode dificultar a formulação de políticas coesas e a implementação de iniciativas conjuntas. Além disso, a predominância de agendas nacionais pode comprometer a eficácia do bloco como um todo. Conforme observado por Gennari, Miglioli e Lima Filho (2024), a cooperação entre Rússia e China se intensificou após as sanções ocidentais e a guerra na Ucrânia, o que pode influenciar as dinâmicas internas do BRICS (GENNARI; MIGLIOLI; LIMA FILHO, 2024).

Para o Brasil, a nova configuração do BRICS apresenta tanto oportunidades quanto desafios. A ampliação do bloco pode abrir mercados e fortalecer alianças estratégicas, mas também requer uma diplomacia hábil para equilibrar interesses divergentes e assegurar que as prioridades nacionais sejam contempladas. A análise de Santos (2024) sobre a entrada do Egito no BRICS destaca a importância dessa movimentação diante da trajetória recente da política externa daquele país e as principais consequências desse processo para a iniciativa multilateral (SANTOS, 2024).

Em suma, a XVI Cúpula do BRICS em Kazan evidenciou a complexidade de um bloco em expansão, onde a busca por uma ordem mundial mais justa deve ser equilibrada com a necessidade de coesão interna e eficácia nas ações conjuntas. A capacidade dos membros de

navegar por essas águas turbulentas determinará o futuro e a relevância do BRICS no cenário internacional.

Na conclusão deste estudo, buscou-se explicitar que a política externa chinesa, como estabelecida no XIV Plano Quinquenal, está alinhada estrategicamente com os objetivos e a visão do BRICS para promover uma ordem mundial mais inclusiva, cooperativa e multilateral. Esse alinhamento revela a busca por um crescimento econômico sustentável e qualitativo, focado em inovação, abertura comercial planejada, investimento em tecnologias de ponta e, sobretudo, uma transição para uma economia verde e de baixo carbono. Esses pilares de desenvolvimento são não apenas aspiracionais para a China, mas também se constituem como áreas prioritárias na construção de uma parceria robusta com o Brasil, trazendo oportunidades concretas de cooperação em setores essenciais, como infraestrutura, biotecnologia, segurança alimentar e tecnologias verdes.

O alinhamento da China ao BRICS e a expansão do bloco refletem uma estratégia de política externa que, embora nacionalmente centrada, é desenhada para fortalecer o grupo e promover a criação de uma governança global mais justa. As iniciativas chinesas, por meio de investimentos em infraestrutura e sustentabilidade, consolidam a cooperação Sul-Sul e o papel do Brasil como parceiro estratégico. Essa relação pode potencializar o desenvolvimento de projetos conjuntos e assegurar uma voz mais representativa para os países em desenvolvimento na arena global, ampliando sua autonomia frente às potências ocidentais.

Ao adotar uma abordagem pragmática e simultaneamente visionária, a China não só endossa as propostas do BRICS, mas também se torna um dos principais agentes para materializar as promessas de uma ordem multipolar, refletindo as aspirações coletivas do grupo por um modelo de governança internacional mais equitativo. Este alinhamento de políticas externas e de desenvolvimento econômico entre Brasil e China, que inclui práticas de compartilhamento de conhecimento e intercâmbio cultural, fortalece laços e abre caminho para um modelo de cooperação que transcende as tradicionais relações de dependência.

Ao destacar a convergência entre os objetivos do XIV Plano Quinquenal e a agenda do BRICS, este estudo defende que a parceria sino-brasileira, fundamentada em interesses comuns, tem potencial para reconfigurar a ordem global. A continuidade dessa colaboração multilateral sinaliza um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e governança inclusiva. Tal visão, além dos interesses imediatos dos membros do BRICS, oferece uma contribuição relevante à comunidade internacional, que busca modelos de desenvolvimento baseados em equidade e sustentabilidade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (Eds.). **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BRICS. **Declaração de Kazan: Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos**. Kazan, Federação Russa, 23 out. 2024. Acessado em 8 nov. 2024. Disponível em: < https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final>

COOPER, Andrew F., e FAROOW, Asif B. "**The BRICS and the Future of Global Order**". Lexington Books, 2015.

CEBRI. (2021). **Perspectivas para a cooperação sino-brasileira**. Disponível em: https://cebri.org/br.

DEUTSCHE WELLE. O que diz a Declaração Final do BRICS na Cúpula em Kazan. **UOL Notícias**, 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/10/23/o-que-diz-a-declaracao-final-do-brics-na-cupula-em-kazan.htm. Acesso em: 08 nov. 2024.

DUGGAN, N., HOOIJMAAIJERS, B., REWIZORSKI, M., & ARAPOVA, E. Introdução: 'Os BRICS, Governança Global e Desafios para a Cooperação Sul-Sul num Mundo Pós-Ocidental'. (2022). **International Political Science Review**, 43(4), 469-480. https://doi.org/10.1177/01925121211052211

FREITAS, L. Análise da Expansão e Influência do BRICS na Nova Ordem Mundial**. Mural Internacional**, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/83323. Acesso em: 08 nov. 2024.

GAZETA DO POVO. Declaração do BRICS sobre Conflitos no Oriente Médio. **Gazeta do Povo**, 2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/declaracao-brics-cupula-kazan-russia/. Acesso em: 08 nov. 2024.

GENNARI, A. L.; MIGLIOLI, A.; LIMA FILHO, L. A. O BRICS e a Ordem Global Emergente: Cooperação e Desafios no Contexto Atual**. Revista de Filosofia Moderna**, Marília, v. 12, n. 3, 2024. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/16163. Acesso em: 08 nov. 2024.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences.** Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

HOPEWELL, Kristen. Breaking the WTO: **How Emerging Powers Disrupted the Neoliberal Project.** Stanford: Stanford University Press, 2015.

IKENBERRY, G. John. Liberal Leviathan: **The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

PANT, Harsh V. The BRICS Fallacy. **The Washington Quarterly,** Washington D.C., v. 36, n. 3, p. 91-105, 2013.

REUTERS. Factbox: Main Points of BRICS Declaration. **Reuters**, 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/factobox-main-points-brics-declaration-2024-10-23/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 nov. 2024.

REUTERS. Spurred by Shared Grievances, BRICS Gathers Pace. **Reuters**, 2024. Disponível em: https://www.reuters.com/world/spurred-by-shared-grievances-brics-gathers-pace-2024-10-24/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 nov. 2024.

SANTOS, M. R. A Entrada do Egito no BRICS: Perspectivas para a Cooperação Multilateral. **Mural Internacional**, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/82266. Acesso em: 08 nov. 2024.

SILVA, Antonio Henrique Lucena. Teoria das alianças e os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China): uma análise de sua formação e dinâmica. In: **3° ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001**, São Paulo. Proceedings online. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100026&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 19 Mar. 2024.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order.** Cambridge: Polity, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.